



**Ata da Sessão extraordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil
Seccional Tocantins – triênio 2016/2018**

Data: 28 de junho de 2017 – 16h06min

Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO

Aos 28 dias do mês de junho de 2017 às 16h06min reuniu-se no Plenário da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Walter Ohofugi Júnior – Presidente, Lucélia Maria Sabino Rodrigues – Vice Presidente, Graziela Tavares de Souza Reis – Secretária Geral Adjunta e Luiz Renato de Campos Provenzano – Diretor Tesoureiro.

Conselheiros Estaduais: Agripina Moreira, Alexander Ogawa da Silva Ribeiro, Annete Diane Riveiros Lima, Antônio César Mello, Eduardo Nelson Luís Chaves Franco, Elaine Ayres Barros, Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, Elizângela Mesquita Sousa, Fábio Wazilewski, Francisco José Sousa Borges, Ludimylla Melo Carvalho, Meire Aparecida de Castro Lopes, Patrícia Pereira Barreto, Priscila Costa Martins e Seilane Parente Nolasco. **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Áurea Maria Matos Rodrigues, Cláudia Soares Bonfim, Lidiana Pereira Barros Côvalo e Rita de Cássia Vattimo Rocha. **Presidente de Subseção:** Amaranto Teodoro Maia. **Ausências justificadas:** Célio Henrique Magalhães Rocha, Adriana Maia de Oliveira, Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, Maria Edilene Monteiro Ramos, Marluy Dias Ferreira, Naíma Worm e Maurílio Pinheiro Câmara Filho. Verificando o quórum, o Presidente declarou aberta a sessão inicialmente cumprimentando os presentes. Passou-se a apreciação da pauta **Item 01** –

Discussão sobre a prorrogação do Programa de Regularização Financeira. O relator Dr. Luiz Renato de Campos Provenzano inicialmente cumprimentou os conselheiros esclarecendo que o programa de regularização financeira finda em 30/06/2017, razões pelas quais justifica-se a realização da reunião extraordinária ante a necessidade de prorrogar o programa. Em seguida apresentou dados estatísticos referente a recuperação de receita, esclarecendo que antes da vigência do programa haviam 3.091 advogados inadimplentes e, após a vigência esse número caiu para 2.195 advogados. O saldo já recuperado com o programa de regularização totaliza a monta de R\$ 1.810,00 (um milhão oitocentos e dez mil reais). Esse valores estão sendo



utilizados para aquisição de mobiliário para as Subseções, implantação do Programa OAB em Campo com fito em ouvir os profissionais e suas demandas de perto, dentre outras necessidades internas. Após a explanação propôs a prorrogação do Programa de Regularização Financeira até o dia **29/12/2017**, almejando aumentar a recuperação de receita e, em contrapartida oferecer mecanismos para que o profissional possa ficar adimplente. Informou que além da campanha de recuperação de receita a Ordem está realizando protestos, instaurando processos éticos disciplinares e ingresso das ações de execução. Asseverou que a adoção dessa medida no sentido de prorrogar almeja a regularização dos advogados inadimplentes levando em consideração o período de recessão que o país enfrenta. O Presidente Walter esclareceu aos conselheiros que a carteira de inadimplência era mal gerenciada e durante o processo eleitoral era utilizada com o intuito de obter votos. Enfatizou que vários profissionais fizeram negociação em períodos eleitorais e não saldaram seus débitos. Ressaltou que a atual gestão ficou prejudicada já que herdaram um passivo de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) o que dificultou a execução dos projetos cabendo aos gestores neste momento, a responsabilidade de recuperar receita. Informou que as Comissões e seus representantes estão participando de eventos nacionais e contribuindo para o destaque da OAB/TO no aprimoramento dos trabalhos. Esclareceu que a Comissão de Prerrogativas do Tocantins atualmente é referência nacional ante a dedicação de seus Membros. Por fim enfatizou que o principal objetivo além da recuperação de receita é trazer o advogado para a Ordem. A conselheira Meire Aparecida manifestou favorável à prorrogação do programa, todavia solicitou uma ampla divulgação inclusive na mídia, já que essas informações não chegaram a todos os profissionais. O Diretor Tesoureiro Luiz Renato corroborou com a fala da conselheira Meire Aparecida quanto a divulgação salientando que está difícil manter o funcionamento da Ordem já que apenas metade de seus inscritos saldaram suas anuidades, por tais razões pretendem desenvolver campanhas de conscientização no sentido de convencer os profissionais a elegerem o pagamento das anuidades como prioridade. O conselheiro Fábio Wazilewski corroborou do posicionamento dos conselheiros Meire e Luiz Renato. Com relação a remessa dos documentos para instauração de processos éticos considerou extremamente válida esclarecendo que pretende montar uma semana de mediação com fito em recuperar receita e, àqueles que não aderirem ao acordo será instaurado processo ético disciplinar. Avisou que posteriormente será explanado aos conselheiros a metodologia utilizada pelo Tribunal de Ética. Enfatizou que a participação dos Membros da Ordem no cenário nacional é importante e deve permanecer. A secretaria



adjunta informou que participou da OAB em Campo explicando que os colegas do interior não tem acesso tampouco estão acompanhando as notícias da Ordem. Anotou que a participação dos membros da OAB/TO no Conselho Federal é preponderante devendo ser mantida a representatividade da Ordem no cenário nacional. A conselheira Elaine Ayres sugeriu a habilitação do crédito da OAB/TO em Alvarás Judiciais referente aos honorários dos advogados sugerindo a realização de um estudo sobre essa viabilidade. O conselheiro Antônio César sugeriu a visitação da Comissão dos Jovens Advogados aos escritórios dos jovens advogados com a finalidade de auxiliá-los na organização do escritório e até no pagamento das anuidades. O Presidente Walter informou que os jovens advogados atualmente enfrentam uma situação muito complexa ante ao quantitativo de profissionais no mercado do trabalho. Esclareceu que participa da Comissão Nacional do Exame de Ordem e, atualmente tem-se uma proposta no sentido de endurecer o exame, no entanto chegou-se a conclusão após um estudo, diante do cenário nacional acaso a Ordem dificultasse com a aplicação de provas mais difíceis correriam o risco da extinção do Exame de Ordem. Asseverou que também está se fazendo um estudo junto ao Ministério de Educação para aprimorar o ensino nas Faculdades. A conselheira Elizângela Mesquita comungou do posicionamento de prorrogar o programa de descontos e da realização da semana de conciliação antes da instauração do processo ético. Com relação ao jovem advogado informou que a Ordem oferece um grande respaldo desde à aplicação das provas até a aprovação no exame através das Comissões de Exame de Ordem e do Jovem Advogado. Salientou que na entrega de carteiras os profissionais são apresentados à Ordem que oferece um grande apoio, citando inclusive o escritório compartilhado. Com relação ao número de inscritos afirmou que este número é elevado no mercado de trabalho havendo uma preocupação no aperfeiçoamento das Faculdades. Dra. Graziela Reis esclareceu que as provas aplicadas no exame de ordem são bem criticadas no meio acadêmico por não possuírem o viés acadêmico. Esgota a discussão sobre a prorrogação do Programa de Regularização Financeira, a proposta do Diretor Tesoureiro foi colocada em votação tendo sido aprovada por unanimidade nos termos propostos. A conselheira Meire requereu licença para se ausentar. **Item 02** – Discussão sobre a mudança do Juizado Especial de Taquaralto. A relatora Conselheira Annette Riveiros fez leitura do parecer esclarecendo que a mudança do Juizado de Taquaralto para a Região Central causará um prejuízo muito grande uma vez que estão em tramitação no Juizado 2244 ações cíveis e 444 ações criminais totalizando 2696 processos. Acaso haja o deslocamento para a região central haverá prejuízos aos



jurisdicionados e aos advogados já que a população é extremamente carente e o deslocamento das pessoas para a região central dificultaria sob maneira a prestação jurisdicional. Ao final concluiu pela manutenção da sede do Juizado da Região Sul. A secretária adjunta Graziela Reis corroborou com o posicionamento da relatora informando que de fato, o deslocamento irá prejudicar o acesso dos jurisdicionados à Justiça, uma vez que a competência não irá mudar e, tão somente a alteração do prédio físico. O conselheiro Elfas salientou que o deslocamento dos advogados que atuam em Taquaralto também restará prejudicado. O conselheiro Fábio questionou a relatora como está o andamento desse pedido afirmando que em contato com membros do Tribunal de Justiça obteve a informação que não haveria esta mudança. Após alguns debates ficou acordado a designação de uma reunião com membros do Tribunal de Justiça devendo se fazer presente nesta reunião os advogados que atuam em Taquaralto, oportunidade que irão expor a problemática, no entanto o Conselho já se posicionou contrário à mudança. A conselheira Ludimylla afirmou que o Tribunal tomou a decisão de forma açodada atropelando a situação, enfatizando que a Ordem não foi chamada para discutir o assunto. Sugeriu a emissão de uma nota no site da Ordem se mostrando contrária, conclamando para a realização de um movimento. A relatora Annette ficou incumbida de redigir uma manifestação da Ordem contrária e marcar uma reunião com o Presidente do Tribunal. A secretária Adjunta Graziela Reis convidou os presentes a participarem do evento realizado pela Comissão de Acesso a Justiça designado para 28/06/17 às 19h30min. O Presidente informou que a OAB firmou parceria com uma empresa para fiscalizar os profissionais que não são inscritos na OAB/TO e estão atuando no Estado, extrapolando o limite de 05 (cinco) ações ao ano. A conselheira Elaine Ayres salientou que é necessário a fiscalização da atuação dos profissionais nos processos administrativos em órgãos estaduais, citando o caso do Procon. Afirmou que já fez diligências junto ao Órgão para obtenção dos dados. Esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo, eu Eliana Ribeiro Correia, secretária *ad hoc* dou por encerrada a presente ata findando os trabalhos às 19h41min.

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

Lucélia Maria Sabino Rodrigues
Vice - Presidente



Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

Luiz Renato de Campos Provenzano
Diretor Tesoureiro